TL 6483-22

Excelentíssima Senhora Presidenta
da Comissão dos Direitos Humanos
do Parlamento Europeu
IEN VAN DER HEUVEL.

Excelência!

Antes de mais, nós, mui respeitosamente, temos a honra de apresentar a Vossa Excelência e bem como a todos os Senhores Membros da Comissão as mais cordiais saudações, à parte as maiores desculpas pelo atrevimento em endereçarmos esta missiva.

Particularmente, muito ou pouco, os Excelentíssimos Senhores Presidenta e Membros da Comissão, já devem ter conhecimento do problema a que fomos envolvidos, desde há 8 (oito) meses.

A história é bem longa para ser narrada em poucas linhas, pelo que a faremos numa outra ocasião. E assim, apenas aproveitamos essa oportunidade para escrever a Vossa Excelência, solicitando necessários apoios ao Parlamento Europeu através da Comissão dos Direitos Humanos do mesmo para a solução do nosso problema. Porém, para mais ou menos os Excelentíssimos Senhores Membros da Comissão terem uma noção geral do pedido, iremos focar em linhas gerais as passagens mais relevantes ligadas à nossa partida.

Nós estamos convictos de que a Comissão com a nobre missão que lhe foi incumbida poderá dar uma contribuição à solução do problema em vigor, na devida altura, salvaguardando assim a integridade dos nossos legítimos Direitos que estão com risco de serem abandonados nas bermas da estrada. Do mesmo modo afirmamos que os paises Europeus ao usufruirem do sagrado apelido de "Defensores" dos Direitos Humanos podem e são capazes de tomar uma decisão consoante à sua posição, isto é, como membros de uma das Organizações mais poderosas e influentes na arena da Política Internacional, para nos arrancar dessa mísera situação.

Como já referimos acima, iremos focar os seguintes pontos:

1. Tendo a vida fortemente ameaçada pela fúria das autoridades Indonésias, nós, no dia 20 de Outubro de 1986, fomos à Embaixada de Holanda com o objectivo de pedir asilo político, como foi divulgado em vários Orgãos de Informações Internacionais.
2. Enfrentando obstáculos de vária ordem durante o pedido de asilo político, no dia 22 de Outubro de 1986, realizou-se na Embaixada de Holanda uma conversação entre nós os 4 (quatro) e entidades Indonésias que dizem representar o Governo Indonésio, na altura.
3. Da conversação mencionada no número 2 (dois) resultou um compromisso, escrito e assinado pelo Reitor da Universidade Católica de Atma Jaya, o senhor Dr. Gerard Bonang, o qual junto enviamos uma cópia para conhecimento de Vossa Excelência e Excelentíssimos Senhores Membros da Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento Europeu.
4. De acordo com o compromisso assumido entre as Autoridades Indonésias e Holandesas nós abandonamos a Embaixada, e, desde o dia 22

de Outubro até a presente data, estamos aguardando a materialização do mesmo mencionado no número 3 (três), isto é, ficar só à espera para deixarmos a Indonésia.

5. Passados tempos, isto é, no dia 24 de Novembro de 1986, o Sr. Pieter Van Donk informou-nos que o Governo Português já tinha concedido o nosso passaporte e enviado dinheiro para as despesas da viagem para Lisboa-Portugal à Embaixada de Holanda.
6. Da maneira como o Governo Indonésio procedeu e está procedendo o problema está a ser encaminhado à situação de "Impasse", pois até à data as autoridades Indonésias utilizam todas as vias possíveis para boicotar a nossa partida, procurando assim passar por cima das leis e decisões Internacionais que protegem os direitos mais elementares do Homen.
7. O desinteresse do Governo Indonésio em dar uma solução ao nosso caso até à data demonstra bem as intenções traiçoeiras das autoridades Indonésias que visam conduzir-nos a um estado de "morte lenta", uma vez que não a pode de outra maneira, isto é, de não extinguir-nos do mundo a seu belo prazer, devido à contínua pressão da Comunidade Internacional.
8. Segundo as informações obtidas da Embaixada de Holanda, o Governo Indonésio baseando nas suas leis não quer de maneira nenhuma conceder-nos a autorização para a partida (exit permit), tentando assim nacionalizar aquilo que as leis Internacionais reconhecem como sagrado direito de outros/nossos.

Atendendo os pontos acima mencionados nós, mui humildemente, aproveitamos esta oportunidade para solicitar a Vossa Excelência e a todos os Senhores Membros no sentido de através do Parlamento Europeu se dignem fazer pressão ao Governo Indonésio para nos conceder a autorização para deixarmos Jacarta.

Lutando e enfrentando obstáculos de vária ordem em defesa dos nossos direitos como ser livres, reconhecidos internacionalmente, e que estavam e estão a ser violados flagrantemente, durante esses doze anos em que a nossa Pátria está é continua a ser ocupada pelas forças invasoras Indonésias o Parlamento Europeu conseguiu ficar neutra, coisa para admirar, perante todo o nosso sofrimento e as nossas súplicas.

E assim nós decidimos endereçar essa carta a Vossa Excelência como cidadãos portugueses, segundo regem as leis internacionais e a própria constituição portuguesa, abandonados como muitos outros nas terras de Timor Leste desde há doze anos . E somos cidadãos de uma Nação também membro do Parlamento Europeu e como tal as suas súplicas carecem também de uma atenção dos Membros do mesmo organismo.

Por tudo isso, pensamos que talvez já é mais que tempo de a Comissão dos Direitos Humanos tomar uma posição mais dura contra o Governo Indonésio a fim de este conceder-nos a autorização à nossa partida, uma posição digna de membros de um Parlamento que representam os interes - ses de grandes paises civilizados. Do mesmo modo somos da opinião que já é tempo de o Parlamento Europeu começar a apoiar os esforços do Governo Português em procurar uma solução ao nosso caso, atendendo que

Portugal é um dos membros da mesma organização e,para tal, no nosso entender, deve existir uma mútua colaboração na busca de soluções aos problemas existentes e, em caso concreto, ao nosso.

Sem mais a aclarar, nós, com toda a humildade, mais uma vez, solicitamos por este meio, a Vossa Excelência e Excelentíssimos Senhores Membros da Comissão se dignem fazer as necessárias e urgentes pressões ao Governo Indonésio para que nos conceda a autorização para deixarmos este ambiente infernal.

Tendo sobretudo em conta o poder que Vossas Excelências têm dentro do Parlamento e, principalmente, da específica missão da Comissão em velar pelos direitos do Homem, achamos que este e o melhor pedido que também é dirigido ao Parlamento Europeu e, na medida do possível, usar das grandes influências que gozam para nos ajudar a sobrepôr à trágica situação a que fomos submetidos. E estamos certos, que em libertando-nos, a Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento Europeu esta também materializando o seu próprio princípio, que é, salvaguardar os direitos básicos de qualquer cidadão livre e, principalmente, daqueles que estão sob o grave risco de perdê-los de vez em detrimento de interesses económicos dos mais Fortes.

Dentro de máxima consideração nós aguardamos a ajuda e apoio de Vossa Excelência e todos os Excelentíssimos Senhores Membros da Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento Europeu em particular, e,dos Membros do Parlamento, em geral.

Jacarta, aos 7 do mes de Maio do ano de 1987.-

Com sinceros e melhores cumprimentos,
Subscrevemo-nos
Mui Atenciosamente,

Fernando Afonso da Silva

João Freitas da Câmara

Abilio Oliveira Sereno

Antonino Gonçalves